

Considerações sobre o Declínio da Riqueza das Nações

À data em que estas linhas são escritas a economia americana arrisca um abrandamento mais brusco do que se antecipou e, em contrapartida, a europeia como um todo não só cresce relativamente mais depressa como, em algumas das economias nacionais, encontramos verdadeiros casos de espanto. Mas estes factos não tornam o livro de Alberto Alesina e Francesco Giavazzi, *O Futuro da Europa: Reforma ou Declínio*, menos relevante. Pelo contrário. A presente conjuntura aparentemente tão favorável para a Europa contém o perigo de cegar o lado de cá do Atlântico para os seus terríveis problemas. As épocas de expansão, por vezes, geram uma dose muito inconveniente de complacência.

Com este livro, os autores, professores de Economia em duas das melhores Universidades americanas, e, por maioria de razão, do mundo — M.I.T. e Harvard — pretendem não exactamente ser originais no diagnóstico e nas propostas, mas antes exercer a capacidade de síntese e, como é costume dizer, ir direito ao assunto. Trata-se de uma recapitulação bem organizada e acessível dos resultados de milhares de estudos e artigos científicos já publicados sobre as maleitas económicas da Europa e os desafios que encerram. Numa obra que serve acima de tudo como censura das práticas e escolhas europeias dos últimos 20/30 anos em contraposição com o exemplo americano, Alesina e Giavazzi têm o privilégio de poder escrever do ponto de vista de quem conhece intimamente os dois lados do Atlântico. A comparação é normalmente mais séria quando isso acontece. Mas a força do livro reside sobretudo na ousadia com que os autores atribuem responsabilidades e que se reflecte também na clareza das alternativas que colocam e suas consequências. O que quer dizer que se a Europa vive uma época de pessimismo quanto ao seu futuro económico e experimenta o respectivo sentimento de declínio, tal não se deve a forças históricas irresistíveis



**O Futuro da Europa:
Reforma ou Declínio**
Alberto Alesina,
Francesco Giavazzi

Edições 70, 2007, 248 pp

que devem ser interpretadas como autênticas ameaças ou desgraças, mas a escolhas feitas tanto pelos governantes como pelos governados europeus. Ora as ditas escolhas têm consequências, algumas delas não muito agradáveis.

Em termos económicos, a tese que subjaz aos argumentos expostos no livro pode ser resumida do seguinte modo: as causas dos problemas económicos da Europa não se encontram no lado da procura, mas no lado da oferta; e a história económica europeia nas últimas três décadas tem sido marcada, por um lado, pela fustigação permanente do lado da oferta da economia e, por outro lado, pelo delírio ocasional no fortalecimento da procura. E poucos países encaixam tão perfeitamente nesta tese como Portugal. Não é, portanto, assunto supérfluo para o público nacional.

A economia portuguesa, se bem que tratada apenas de forma tangencial, não sai muito bem tratada das páginas deste livro. Na realidade, não seria exagero dizer que os problemas e comportamento da economia portuguesa nos últimos dez anos tipificam tudo o que, do ponto de vista económico, vai mal na Europa. Portugal tem quase todos os problemas das grandes economias europeias que exemplificam a falência do “modelo europeu” (França, Alemanha, Itália), mas com

A história económica europeia nas últimas três décadas tem sido marcada, por um lado, pela fustigação permanente do lado da oferta da economia e, por outro, pelo delírio ocasional no fortalecimento da procura.

duas agravantes: entre nós, esses problemas são quase invariavelmente mais profundos; e temos poucos dos trunfos que as economias problemáticas sempre lá vão mantendo. Em Portugal, como em toda a Europa mediterrânica, padecemos de um sistema universitário ossificado e estatista, de deficientes níveis de inovação, de tributação asfixiante, do poder desmedido de sindicatos e do funcionalismo público na definição das políticas públicas e das sempre anunciadas “reformas”, de hesitação política, de um sistema judicial ineficaz e paralisante da actividade económica e, diga-se por acréscimo, de muito medo do que “aí vem”. E, especificamente sobre o nosso País, Alesina e Giavazzi advertem

em termos inequívocos que ainda não arrepiámos caminho: “a resposta portuguesa à situação difícil em que [Portugal] se encontra é concentrar-se num inútil projecto de investimento em infra-estruturas” (p. 237).



Embora as repreensões dirigidas por Alesina e Giovazzi se apliquem à Europa como um todo, na realidade os autores sabem que a realidade europeia é, apesar de tudo, bastante heterogênea. Por razões diferentes e de formas diversas, nos últimos anos algumas regiões europeias têm dado passos importantes na direcção correcta. As ilhas anglófonas (Reino Unido e a Irlanda) são apenas os casos mais evidentes; mas a Escandinávia e a Holanda (donde vem a ideia cada vez mais invocada de “flexissegurança”) também são dignas de atenção, já para não mencionar experiências muito interessantes levadas a cabo na República Checa, nos Estados Bálticos e, em menor grau, na Eslováquia, Eslovénia e Polónia. E o que reforça ainda mais a relevância de todos estes exemplos é o facto de os resultados das verdadeiras reformas terem preferido o curto prazo para se manifestar ao invés do que é habitual pensar entre nós, a saber, que tudo o que corre pelo nome de “reforma estrutural” produz um longo período de penúria. Em suma, a Europa que padece dos problemas mais agudos é essencialmente a Europa mediterrânica, a que se deve acrescentar a Alemanha e a Bélgica. Neste sentido muito particular, Portugal não “diverge” da Europa; pelo contrário, é cada vez mais europeu numa altura em que a Europa precisa e tenta escapar de si mesma.

Por muito que custe a alguns europeus, os EUA têm bastante a ensinar em várias destas matérias. Aprender com os EUA não significa necessariamente, como os autores salientam, copiar tudo o que se faz no outro lado do Atlântico. As “diferenças culturais” dos dois continentes serão sempre um obstáculo

à imitação exacta. E, em princípio, essas diferenças podem não traduzir-se em inibidores substanciais do crescimento económico. É possível que os Europeus convivam mais docilmente com níveis de tributação mais elevados do que os Americanos; no mesmo sentido, os Europeus não desistirão de um Estado-Providência mais generoso do que o americano. Mas é fundamental compreender que os Europeus, tal como os Americanos, têm aspirações a melhorar a sua condição económica presente e futura, o que só será possível com crescimento económico. Portanto, os Europeus poderão aceitar impostos mais altos, mas não tão altos que esmaguem o empreendedorismo e a iniciativa; poderão apoiar um Estado-Providência mais gastador, mas que não comprometa a justiça intergeracional, a eficiência na afectação dos recursos ou os incentivos ao desempenho económico vigoroso.

É certo que a Europa não será como os EUA. Porém, terá de se aproximar das suas boas práticas (por exemplo, em matéria de concorrência) e das suas instituições de excelência (por exemplo, as suas Universidades) se quiser continuar a gozar dos privilégios de que tanto se orgulha. A Europa pode continuar a viver num mundo povoado por papões, criados por uma certa retórica, como o “neoliberalismo”, o “capitalismo selvagem” ou o “americanismo”; mas deve pelo menos estar consciente do preço a pagar pelas suas fantasias. *O Futuro da Europa* é um bom contributo para essa necessária tomada de consciência.

* INVESTIGADOR DO INSTITUTO DE ESTUDOS POLÍTICOS E DOCENTE DA FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA